

REPORTAGEM DE CAPA

AS RUAS E A

**NO DIA DO EMBATE ENTRE LULA
E MORO, A CAPITAL PARANAENSE
ESCANCARA A INSANÁVEL
DIVISÃO DO BRASIL**

*por RENÉ RUSCHEL E SERGIO LÍRIO, de CURITIBA**



O ex-presidente
"escortado"
pela multidão

AS JANELAS



Não é difícil determinar a fronteira da “República de Curitiba”. Na Avenida Comendador Franco, principal via de ligação entre o aeroporto de São José dos Pinhais e o Centro da capital paranaense, um imenso painel alerta quem entra na cidade: “Aqui Somos Todos Lava Jato”. Desse ponto em diante, proliferam os automóveis com adesivos a favor do juiz Sergio Moro e da força-tarefa e ouve-se música sertaneja por todos os cantos. Casacos coloridos de inverno são a única forma de diferenciar indivíduos em meio a uma massa uniforme de peles leitosas e olhos claros que mal presta atenção nos *outdoors* que saúdam a prisão de Lula, contratados às vésperas do depoimento do ex-presidente na sede da Justiça Federal.

Nos prédios, o apoio silencioso ao juiz



RICARDO STUCKERT E RENÉ RUSCHEL

REPORTAGEM DE CAPA

Diante do reiterado interesse dos passageiros pelo ambiente da cidade, o taxista pergunta: “Vocês são da imprensa?”

“Sim.”

“Estão preparados para a baderna?”

“Por quê?”

“Acabei de levar quatro caras do MST. Prometeram quebrar tudo. São todos bandidos, marginais, até a gíria é de cadeia.”

Passava um pouco das 8 da manhã da quarta-feira 10 e o vaticínio do taxista não se concretizaria. A batalha épica, o duelo exaustivamente anunciado pela mídia entre o Bem e o Mal, ou o Mal e o Bem, a depender da perspectiva, entre Lula e Moro, não se desenrolaria da maneira imaginada.

Ao longo do dia, a plateia assistiu a um embate surdo entre as ruas e as janelas. A “República de Curitiba” preferiu manifestar-se do alto das sacadas, a distância, de maneira simbólica e silenciosa. Bandeiras do Brasil emolduravam as vidraças, principalmente nos arredores do *bunker* de Moro, a sede da Justiça Federal, enquanto cerca de 20 mil apoiadores do ex-presidente preenchiam de

vermelho as vielas e avenidas no Centro. “Curitiba transformou-se hoje na capital da democracia”, declarou o advogado Aldo Arantes, quatro vezes deputado federal pelo PCdoB, uma das dezenas de personalidades, entre políticos e militantes sociais, que desembarcaram na cidade para engrossar as manifestações a favor do petista.

A disputa entre ruas e janelas pode ser resumida em uma sequência curiosa de acontecimentos. Moro, procuradores da República e jornalistas, a bancada de “acusadores”, chegaram escoltados por policiais militares, que formaram um extenso

cordão de isolamento por sete quadras ao redor do tribunal. Ao todo, o governo estadual escalou 1,7 mil agentes para o policiamento ostensivo da cidade e a proteção do tribunal. Lula, o réu, caminhou livremente por cerca de 300 metros até a entrada do prédio público amparado por uma multidão. “Vim de longe. Se fosse mais longe, mais longe eu iria”, afirmou Maria Casé, 44 anos, mestre em Geografia, moradora de Francisco Santos, no Semiárido do Piauí, integrante de uma caravana de três ônibus que cruzou o Brasil para apoiar o ex-presidente. Por quê? “Comecei a estudar morando em um quase casebre iluminado por candeiro. Concluí os estudos em uma casa de 79 metros, do Programa Minha Casa Minha Vida, com luz elétrica e água potável. Tudo isso, eu e meus irmãos nordestinos, devemos ao Lula.”

Em contraste, escassos defensores de Moro mostraram disposição para descer dos prédios e exibir o rosto. No Centro Cívico, a 4 quilômetros da concentração pró-Lula na histórica Praça Santos Andrade, um pequeno grupo acenava bandeiras e gritava palavras de ordem. “Curitiba foi invadida por comunistas”,

A “REPÚBLICA DE CURITIBA” VIROU A “CAPITAL DA DEMOCRACIA”, SEGUNDO ALDO ARANTES, EX-DEPUTADO

O BRASIL NO PARANÁ



Suzane Silva
23 anos, estudante de enfermagem
Vitória do Santo Antão (PE)

“Sou filha de latifundiários, mas luto por um Brasil mais justo. Lula é parte desse projeto. Eu o apoio”



Jô Portilho
54 anos, bancária
Rio de Janeiro (RJ)

“Se Lula, ex-presidente da República, não é julgado com justiça, ninguém será”



José Noronha da Anunciação
60 anos, agricultor
Teresina (PI)

“Só quem conhece a miséria do Sertão pode saber a importância de Lula para os nordestinos”



Branca dos Santos
30 anos, agricultora
Rio Bonito do Iguaçu (PR)

“A liberdade de Lula é a nossa liberdade”



Luis Fioravante
30 anos, comerciante
Caxias do Sul (RS)

“Luto por Justiça para todos. A prisão de Lula, caso ocorra, será a prova da falência da Justiça”



LULA VS. MORO

OS ROUNDS DO CONFRONTO



O PRÉ-SALE AS CONSTANTES VISITAS À PETROBRAS

Lula: Renato Duque era engenheiro da área, competente, que ninguém questionou. Passou por todas as etapas. Não houve contra ele nenhuma denúncia da Petrobras, ninguém foi na Petrobras mais do que eu, e ninguém nunca levantou suspeita sobre o Paulo Roberto Costa ou o Duque.

Moro: O senhor pode esclarecer essa informação: "Ninguém foi na Petrobras mais do que eu?"

Lula: Depois que a Petrobras descobriu o pré-sal, eu vislumbrava que este País ia virar grande, soberano, que a gente ia pagar a dívida de cinco séculos com a educação.

NOTAS BAIXAS NA ESCOLA

Moro: O senhor não se informava do que ocorria na Petrobras?

Lula: O senhor acha que as pessoas iam falar de propina? O senhor acha que o seu filho, quando tira nota baixa na escola, chega em casa pulando de alegria para contar? Ele vai tentar esconder até o senhor saber.

Moro: Dos meus filhos eu fico sabendo a nota com o tempo. O senhor não ficou sabendo de nada?

Lula: Agora, porque a escola hoje até comunica quando a molecada falta. No meu tempo, não.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Moro: O senhor afirma que não tem responsabilidade. Houve alguma falha (em relação ao esquema da Petrobras)?

Lula: O senhor se sente responsável de a Operação Lava Jato ter destruído a indústria de construção civil neste País? Se sente responsável por "600 milhões" de pessoas que perderam emprego no setor de óleo e gás? Tenho certeza que não.

ROUBOU MUITO, HEIN?

Moro: O subordinado de Duque, o gerente da Petrobras Pedro Barusco, foi condenado por crime de corrupção e lavagem de dinheiro. Devolveu 204 milhões em propinas que ele tinha no exterior.

Lula: Quanto que ele devolveu?

Moro: 204 milhões.

Lula: Roubou muito, hein? Um ladrão assim deve ser tão esperto que só se sabe se for delatado. Eu tive o prazer de não conhecer o Barusco.

O POWERPOINT DE DALLAGNOL

Moro: Não é para fazer um apanhado do que o senhor fez no governo.

Lula: Estou sendo julgado pelo que fiz no governo, pela construção de um PowerPoint mentiroso (...) Aquilo é ilação pura, deve ter sido um ou alguns cidadãos que, desconhecendo a política, fizeram um PowerPoint porque já tinham a tese anterior de que o PT era uma organização criminoso, de que o Lula é o chefe e que, portanto, eu montei o governo para roubar.

O PAPEL DA MÍDIA

Lula: Na medida em que foi feito um acordo de que não é possível na Lava Jato se condenar políticos importantes ou pessoas ricas sem o apoio da imprensa, se adotou primeiro a política de a imprensa criminalizar (...) Essa situação está difícil, sabe, doutor? Vou te dizer uma coisa para ficar com minha consciência leve: o comprometimento da Justiça e o comprometimento da acusação com a

imprensa estão levando a um impasse. Porque alguns canais de televisão e jornais fizeram disso a sua peça principal de notícia. E eles estão com dificuldade: "Como é que isso vai acabar se esse tal de Lula for inocente?"

Moro: A imprensa não tem qualquer papel no julgamento deste processo. O senhor foi tratado com o máximo de respeito e as perguntas que foram feitas, embora possam parecer difíceis, é porque existe uma acusação criminal.

Lula: Eu não podia ter minha casa molestada sem que eu fosse intimado para uma audiência. Ninguém nunca me convidou. De repente, eu vejo um pelotão da Polícia Federal levantando até o colchão da minha cama achando que eu tinha dinheiro, doutor.

ATAQUES

Lula: Se existirem sinais de que o Lula será absolvido, prepare-se. Por que os ataques ao senhor vão ser muito mais fortes.

Moro: Já sou atacado por muita gente, inclusive por blogs que supostamente patrocinam (sic)* o senhor. Padeço dos mesmos males, em certa medida.



*Não é possível entender a frase do magistrado. Os blogs financiariam Lula ou seriam financiados por ele?



Kelly Bolsonaro, ativista profissional, saiu de Brasília para pregar a prisão de Lula. O governo estadual mobilizou 1,7 mil policiais. E mais de 20 mil esperaram por Lula na Praça Santos Andrade



bradava ao microfone Narli Resende, relações-públicas do Movimento Contra a Corrupção. “O PT acabou com o Brasil e quero ver Lula na cadeia”, afirmou Max Kruzel Junior, filiado ao PSDB. Moradora de Brasília, ativista política por profissão, sem parentesco, segundo ela, com o deputado federal, Kelly Bolsonaro fez questão de viajar até Curitiba para unir-se ao movimento “patriótico”. Os petistas, acredita, são a causa de todos os males do País e Lula chefia uma quadrilha e merece ser preso. Apesar de aparentemente se incomodar apenas com os defeitos de um lado do espectro político, a senhorita Bolsonaro se declara apertadista. “Não defendemos nenhum partido.”

A certa distância, o aposentado José da Silva observa os protestos verde-amarelos. “Isso é uma palhaçada feita para ludibriar o povo. O que se quer é impedir a candidatura do Lula. Se não barrarem, ele volta em 2018.”

O avião que trazia o ex-presidente pousou no aeroporto por volta das 10 da manhã. Dilma Rousseff chegaria em seguida, vinda de Porto Alegre, para se juntar à comitiva formada pelos advogados de defesa, assessores diretos, políticos e lideranças sociais e sindicais. Moro, em outra parte da cidade, deixava-se fotografar com uma marmitta na mão, uma espontânea contribuição para a imagem de servidor público dedicado. “É, sim, uma quentinha”,



EDITORIAL

O VILÃO ENGOLIU O MOCINHO

POR MINO CARTA

A triste, dolorosa encenação a que o golpe nos obriga a assistir de súbito torna-se pantomima e o herói de um dos principais atos da peça, o endeusado inquisidor Sergio Moro, mostra-se incapaz de acender a fogueira do auto de fé ardorosamente ensaiado. O Narciso de camisa preta ficou escravo do papel que se atribuiu sem condições de arcá-lo, para exibir redondamente toda sua pretensão e mediocridade.

O embate de Curitiba previsto pela mídia nativa, pronta a antecipar vencedor e vencido, assim como o inquisidor escolheu o culpado antes de definir a culpa, soçobra no desfecho oposto. De todo modo, refrega não houve, sobrou apenas a evidência da impossibilidade de condenar sem provas, bem como outra, o vilão engoliu o mocinho.

De um lado, a figura enfadonha de voz melíflua a se enredar em sua própria obsessão e em um emaranhado de

perguntas repetidas incessantemente, do outro um cidadão de muitas sutilezas e senso de humor na ponta da língua e no semblante, disposto de improviso a perguntar: “Mas... cadê o Dallagnol?” De fato, o pregador da cruzada não estava presente e nem por isso escapou à flechada irônica.

O tom e o resultado do espetáculo curitibano são transparentes aos olhos dos espectadores, a não ser para aqueles que não querem ver, e da mídia nativa, que continua no seu



PAULO LISBOA/BAZIL PHOTO PRESS/AFP, RENÉ RUSCHEL, ALICE VERGUEIRO/FOLHAPRESS E HEULER ANDREY/AFP

esforço maciço de sustentar a perseguição a Lula. A culpa do ex-presidente resume-se no seu favoritismo nas próximas eleições. Quem quiser saber dos fatos da quarta 10 de maio leia a imprensa estrangeira. A nossa, esteio do estado de exceção, como de hábito constrói a sua versão, cada vez mais falaciosa até os limites do ridículo.

No país da casa-grande, a caçada a Lula é movida a ódio de classe e a pregação midiática estimula o confronto entre ricos e pobres. Os coronéis

e seus jagunços são os verdadeiros subversivos. Não há carbonários a tramarem a revolta popular, são os senhores que a insuflam, sem dar-se conta dos efeitos de seu comportamento. Há neste enredo um toque espantoso de desvario, de criminosa insensatez.

Até quando teremos de ler e ouvir a respeito do triplex mirrado na praia dos farofeiros? Ainda haveremos de padecer as histórias do sítio de Atibaia, com vista para a favela, da reforma da cozinha, do

barquinho de lata? O Brasil sofre com a situação precipitada pelo golpe de 2016, sofre muito e tudo indica que sofrerá ainda mais, mesmo porque difícil é imaginar uma saída a curto ou médio prazo. O governo ilegítimo promete uma recuperação econômica graças às medidas contra o trabalho solicitadas pelo mercado. Há quem acredite, goste de enganar-se. A solução pacífica e inteligente está na convocação de eleições antecipadas. Mas como premiar a sensatez em meio à crise mental? ■

confirmaria em uma rede social, orgulhosa, Rosângela Moro, mulher do magistrado.

O desembarque de Lula do carro e a caminhada até a sede da Justiça Federal não foi planejada com antecedência, mas negociada com as forças de segurança minutos antes da chegada do ex-presidente para o encontro com Moro. Não era bem o clímax imaginado por quem apostou no confronto e no desgaste do petista. O adiamento em uma semana do depoimento pareceu integrar uma estratégia de “desestabilização” do investigado. Foram sete dias de uma *blitzkrieg* midiática, alimentada sobretudo pelo vazamento, na sexta-feira 5, das declarações de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras.

Duque, condenado a 53 anos de prisão e após ter negado no passado o envolvimento de Lula em atos de corrupção, reformou suas afirmações em troca da possibilidade de um acordo de delação premiada, a exemplo de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. Indicado para uma diretoria da estatal pelo PT, Duque declarou à força-tarefa ter se reunido com Lula em 2014 em um hangar no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. No encontro, o ex-presidente quis saber se o executivo recebera propina e mantinha contas no exterior. “Tinha, né, mas eu falei não”, confessou. A pergunta, disse Duque, o teria levado a suspeitar que o petista conhecesse o esquema de propina.

Não foi a única surpresa da semana. Na terça-feira 9, veio a público a decisão do juiz Ricardo Augusto Soares Leite, substituto na 10ª Vara Criminal de Brasília, de suspender as atividades do Instituto Lula. Leite, figura controversa, investigado pela Corregedoria Federal sob a acusação de barrar pedidos de prisão preventiva no âmbito da Operação Zelotes, redigiu o despacho com base em uma solicitação inexistente do Ministério Público. O juiz acusa o instituto de ser “instrumento ou pelo menos local de encontros para a perpetração





Duque deveria ter funcionado como uma "bala de prata". O ex-presidente classificou de criminoso o PowerPoint de Dallagnol. E o Instituto Lula acabou interditado na véspera

de vários ilícitos criminais". Os advogados da instituição impetraram dois mandados de segurança. Estima-se que o local volte a funcionar na segunda-feira 15.

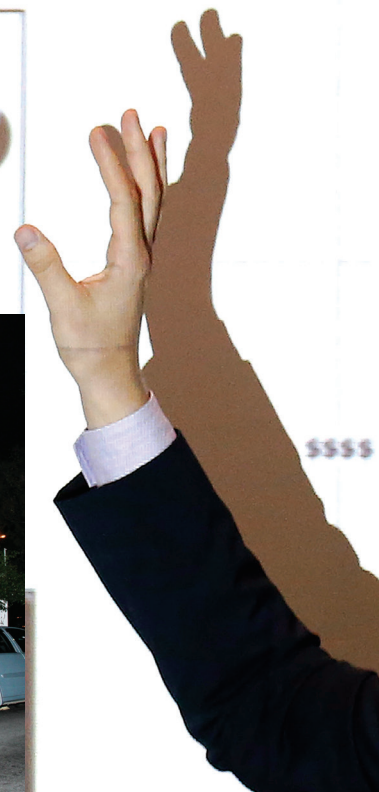
Apresentada como uma nova "bala de prata", a delação de Duque conseguiu, no máximo, provocar momentos hilários durante o depoimento e um raro instante em que Lula não foi suficientemente assertivo, a ponto de o episódio tornar-se o cavalo de batalha da cobertura da mídia no dia seguinte (os jornais apegaram-se às "contradições" do ex-presidente neste ponto).

Em um trecho, Moro informa: "O subordinado de Duque, o gerente da Petrobras Pedro Barusco, foi condenado por crime de corrupção e lavagem de dinheiro. Devolveu 204 milhões em propinas que ele tinha no exterior".

"Quanto ele devolveu?", pergunta Lula. "204 milhões", responde Moro.

"Roubou muito, hein? Um ladrão assim deve ser tão esperto que só se sabe se for delatado. Eu tive o prazer de não conhecer o Barusco."

Lula admitiu o encontro com Duque, mas deu outra versão. Segundo ele, a reunião, ocorrida quatro anos depois de deixar a Presidência da República, foi motivada pelos boatos de envolvimento do ex-diretor da Petrobras no esquema de corrupção. "A pergunta que fiz foi simples: 'Tem matérias nos jornais, tem denúncias de que você tem dinheiro no exterior. Está pegando na Petrobras'. Eu falei: 'Você tem conta no exterior'. Ele falou: 'Não tenho'. Eu falei: 'Acabou'. Se tem, não



A MISÉRIA DO PODER MONOCRÁTICO

POR WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

A mitológica Têmis deve estar escandalizada com a qualidade da informação passada aos cidadãos brasileiros sobre o interrogatório judicial do ex-presidente Lula. A capa de *Veja*, por exemplo, entende o interrogatório de Lula como uma luta mortal entre beligerantes. A revista retroage às trevas do período da Baixa Idade Média. Na relação jurídica processual, como ensinam os doutrinadores e é do nosso sistema constitucional, o juiz de Direito é um sujeito processual imparcial. Juiz não é parte, que são duas na ação penal pública incondicionada: Ministério Público e réu. O primeiro representa o

Estado, titular da pretensão punitiva, e o segundo detém o direito subjetivo de liberdade. Esse conflito entre a pretensão de punir e o direito subjetivo à liberdade é decidido, em caráter substitutivo à vontade das partes, pelo juiz natural-constitucional e necessariamente imparcial, tudo sob pena de nulidade processual absoluta. Pela capa de *Veja*, Moro é apresentado como parte parcial, interessada, a substituir o Ministério Público.

Com a nossa reforma processual penal de 2003, o interrogatório é considerado meio de defesa. Obedeceu-se à lógica de nenhum acusado estar obrigado a se autoincriminar e

adotou-se o princípio do Direito Romano *nemo tenetur se detegere* (ninguém está obrigado a produzir prova contra si próprio). Tal princípio foi difundido por Cesare Beccaria, precursor da humanização do Direito Penal, pelos iluministas e restou incorporado pela francesa Declaração de Direitos de agosto de 1789 e pela Carta da ONU de 1948.

Trocando em miúdos, Lula, como nenhum réu, não está obrigado a se autoacusar, cabendo à parte acusadora o encargo de comprovar as increpações. Assim, Lula poderá silenciar e, segundo a Constituição e a lei processual, não poderá



LULA A MORO: "O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM ALGUM DOCUMENTO DE QUE COMPREI O APARTAMENTO?"

mentiu para mim. Mentiu para ele mesmo."

O juiz quis saber o motivo de Lula ter procurado Duque e não os demais executivos da estatal acusados de corrupção. Por ter sido indicado pelo PT, explicou o ex-presidente. Durante esse trecho do depoimento, deu-se a contradição explorada no noticiário. Eis o diálogo:

Moro: O senhor pode esclarecer por que procurou o senhor João Vaccari para procurar o Renato Duque?

Lula: Porque o Vaccari tinha mais

relação de amizade com ele do que eu, que não tinha nenhuma.

Moro: O senhor tinha conhecimento da relação de amizade entre os dois?

Lula: Não sei se era relação de amizade. Liguei para o Vaccari e falei: Vaccari, você tem como pedir para o Duque pedir uma reunião aqui. Ele falou: Tenho. E levou o Duque lá.

A interlocutores o ex-presidente definiu como respeitoso o comportamento do juiz, mas se irritou com a exaustiva repetição de perguntas durante as mais de cinco horas de depoimento. E guardou a maioria das alfinetadas para as considerações finais (*quadro à página 17*). Lula declarou-se vítima da "maior caçada jurídica" sofrida por um ex-mandatário e questionou os métodos da Lava Jato. Ao ser repreendido por Moro ("Não é para fazer um apanhado do que o senhor

eventual silêncio ser interpretado em seu desfavor. No direito brasileiro, ao contrário do alemão, por exemplo, o réu poderá mentir. Entre nós, apenas o falso testemunho é tipificado como crime. Na Alemanha, o réu que mente é equiparado ao testemunho falso.

Como meio de defesa, Lula terá oportunidade de colocar em pratos limpos os fatos acontecidos. A propósito, o suspeito de autoria de crime, diz a lei, é ouvido em inquérito policial e o réu é interrogado no processo, depois da coleta das provas, como ato de encerramento da instrução. Após o interrogatório de Lula será iniciada a fase dos debates,

quando as partes apresentam as suas alegações finais. Na sequência, virá a sentença judicial, salvo se o juiz Moro resolver converter o julgamento em diligência. Na ação constitucional de cassação da chapa Dilma-Temer o relator do processo no Tribunal Superior Eleitoral, em vez de dar o voto (sentença), transformou o julgamento em diligência para ser ouvida de testemunhas da defesa e duas outras do juízo (TSE).

O interrogatório, que é ato personalíssimo (o acusado não pode constituir advogado para substituí-lo), desenvolve-se em duas etapas: sobre a pessoa do

acusado e sobre os fatos dados como criminosos (artigo 187). O legislador obrigou o juiz, após proceder ao interrogatório, indagar "das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes, se o entender pertinente ou relevante".

Nas discussões sobre o chamado foro privilegiado (foro por prerrogativa de função) e nas ousadas comparações feitas da Lava Jato com a Operação Mãos Limpas da Itália, bom entender que esta agiu em primeiro grau como órgão colegiado de jurisdição: um Tribunal Criminal. Contra as suas decisões temos os Tribunais de Apelação e,

como última instância, uma Corte de Cassação. Ou seja, sempre órgãos colegiados. A atuação monocrática do juiz único fica para as pequenas causas, de menor potencial ofensivo.

Com o fim do foro privilegiado e a aplicação do princípio republicano de que todos são iguais, o acusado responde a um colegiado e não a um só juiz. Pobre a Justiça que descarrega num só falível juiz responsabilidades imensas e se contenta em revisões por distantes tribunais. Isso cria o clima ideal para o perdedor proclamar o *habent sua sidera lites* (a Justiça é algo que não deve ser levado a sério). ■

fez no governo”), devolveu: “Estou sendo julgado pelo que fiz no governo, pela construção de um PowerPoint mentiroso”, em referência à famosa exposição do procurador Deltan Dallagnol, que se valeu de um gráfico para acusá-lo de ser o “comandante máximo” do esquema de corrupção.

Lula também criticou a mídia e voltou a reafirmar isso quando o magistrado perguntou se os acusadores seriam os meios de comunicação ou os integrantes da própria operação: “Na medida em que foi feito um acordo de que não é possível na Lava Jato se condenar políticos importantes ou ricos sem o apoio da imprensa, se adotou primeiro a política de a imprensa criminalizar”. E investiu contra os vazamentos seletivos (Moro, sem mover um músculo, negou que a força-tarefa seja a responsável por eles): “Há jornalistas que sabem o que vai acontecer um dia antes. Há o interesse de vazar, doutor Moro, porque esse julgamento tem de ser feito pela imprensa”. De forma irônica, pediu ao juiz que solicitasse à Polícia Federal a devolução dos tablets dos netos apreendidos em março do ano passado, durante sua condução coercitiva. Por fim, abordou o motivo de sua presença em Curitiba: “O Ministério Público tem algum documento de que comprei o apartamento, alguma escritura? Pelo amor de Deus, mostrem”.

O apelo de Lula está longe de ser trivial. Construiu-se a ideia de que o processo nas mãos de Moro é um julgamento amplo e irrestrito e vai da suposta propriedade de um sítio em Atibaia, no interior de São Paulo, à obstrução de Justiça, à negociação dos caças para a Aeronáutica, à corrupção generalizada na Petrobras e até aos antigos pecados do PT no chamado mensalão. Não é. Embora o juiz continue a incorporar ao processo declarações que nada têm a ver com o caso específico ou faça perguntas sem nexo causal com os fatos, Lula viajou a Curitiba para responder sobre a suposta propriedade de um triplex



AS DELAÇÕES DE JOÃO SANTANA E MÔNICA MOURA, LIBERADAS PELO SUPREMO, MANTÊM A PRESSÃO SOBRE LULA

no Guarujá, uma praia popular do litoral paulista, um apartamento que o ex-prefeito Paulo Maluf classificou de “três Minha Casa Minha Vida” empilhados.

Depois de ouvir mais de 70 testemunhas ao longo de dois anos, o magistrado, apontam os advogados de defesa, continua diante do mesmo dilema: é impossível provar que o petista é o proprietário e, portanto, teria recebido uma compensação da empreiteira OAS em troca de benesses à empresa durante o seu mandato. O ex-presidente responde a outras quatro ações em diferentes estados. “O balanço dessa colheita é absolutamente zero”, define José Roberto Batochio, um dos defensores de Lula. “Basta ir ao registro de imóveis onde o mesmo está matriculado para saber que o proprietário do apartamento triplex é a OAS.”

A mobilização em Curitiba animou os defensores de Lula, mas não a ponto de mudar as expectativas do seu *entourage* em relação ao desfecho do processo. Moro, consideram, tornou-se prisioneiro

de seus apoiadores, em especial dos meios de comunicação, que não admitem outro desfecho a não ser a condenação de Lula sob qualquer pretexto. Para outros, o encontro sem intermediários entre um réu seguro e um magistrado titubeante e evasivo expôs claramente as fragilidades da acusação. No mínimo, forçará o juiz a buscar novas evidências, e prolongar o processo, se o único objetivo for uma sentença condenatória. “Certamente, vencemos hoje uma batalha, mas a guerra será longa”, resumiu o ex-ministro Gilberto Carvalho, um dos organizadores dos atos na capital paranaense. “Moro age como político, não tem a isenção própria de um juiz”, acrescentou o também ex-ministro Roberto Amaral, presente nas manifestações.

Bastaram 24 horas para a análise de Carvalho se confirmar. Em outra coincidência típica dos tempos atuais, o ministro Luiz Fachin, do Supremo Tribunal Federal, retirou na quinta-feira 11 os sigilos das delações premiadas dos publicitários João Santana e Mônica Moura. O ex-ministro Antonio Palocci, acusa o casal, operava o caixa 2 das campanhas do PT e as contribuições não contabilizadas seriam de conhecimento do ex-presidente e de Dilma Rousseff. Santana teria ido além: nenhuma decisão era tomada sem o consentimento do “chefe”.

O fim do sigilo ofereceu à mídia a oportunidade de escapar do constrangimento de produzir análises equilibradas a respeito do desempenho de Lula em Curitiba e de apostar em uma nova frente de acusações contra o ex-presidente. Moro e a força-tarefa conseguiram, com o apoio de Fachin, manter acesa a tese de que o petista “sabia de tudo” e comandava o esquema de corrupção na Petrobras. E por mais um dia o Brasil segue dividido. Enquanto as ruas clamam por verdade e justiça, as janelas enfeitadas com bandeiras do Brasil contentam-se com menos. Bastam as convicções de um PowerPoint. •

*Colaborou Miguel Martins, de São Paulo

A.F.P.